

**Deliberação n.º 05/2026/PRM****Sexta alteração à lista de Organismos Intermédios do Programa Demografia,  
Qualificações e Inclusão**

A Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030 Permanente (CIC Portugal 2030 Permanente), através da Deliberação n.º 11/2023/PRM, de 5 de julho de 2023, homologou a lista de organismos intermédios do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão - PESSOAS 2030, bem como, os termos em que devem ser exercidas as funções ou tarefas de gestão que lhes foram confiadas, tendo a mesma sido posteriormente aditada através da Deliberação n.º 19/2023/PRM, de 5 de setembro de 2023, n.º 1/2025, de 20 de janeiro de 2025, n.º 4/2025/PRM, de 7 de maio de 2025, n.º 1/2026/PRM, de 16 de janeiro de 2026 e n.º 3/2026/PRM, de 28 de janeiro de 2026.

Constata-se, agora, a necessidade de alterar a referida lista de organismos intermédios, procedendo à transferência das tarefas e funções do organismo intermédio Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGeFE, I.P.), designado no âmbito da Deliberação n.º 11/2023/PRM, de 5 de julho de 2023, para a recém criada Agência para a Gestão do Sistema Educativo, I.P. (AGSE, I.P.), pelo Decreto-Lei n.º 99/2025, de 28 de agosto, que lhe sucede nas atribuições e competências bem como nos direitos, obrigações e posições contratuais, conforme previsto no artigo 5.º do referido diploma. Mais acresce referir que a extinção do IGeFE, I.P., foi declarada pelo Despacho n.º 919-A/2026, de 27 de janeiro, com efeitos a 1 de março de 2026.

Assim, a CIC Portugal 2030 Permanente delibera, por consulta escrita, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do seu regulamento interno, aprovado pela Deliberação n.º 13/2024/PL, de 8 de maio de 2024, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, na sua atual redação, homologar sob proposta da Autoridade de Gestão do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão - PESSOAS 2030 e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., a alteração à lista de Organismos Intermédios do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão - PESSOAS 2030, substituindo o IGeFE, I.P. enquanto organismo intermédio que exerce as funções e tarefas de gestão no âmbito das tipologias de operação Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de Jovens, quando as entidades beneficiárias sejam estabelecimentos públicos de educação, pela AGSE, I.P. que lhe

sucede, nos termos previstos nos anexos I e II à presente deliberação, com efeitos à data de 1 de março de 2026.

CIC Portugal 2030, 11 de maio de 2026

O Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional

(Hélder Reis)

No uso das competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 9292/2025, de 29 de julho de 2025, do Ministro da Economia e da Coesão Territorial, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 150, de 06 de agosto de 2025

Anexo I: Alteração à Lista de Organismos Intermédios do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão

Sigla	Identificação do OI	Âmbito		Observação
		OP/OE	Tipologia	
AGSE, I.P.	Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE), I. P.	Mais e melhor qualificação inicial para crescer	<b>Tipologia de Ação:</b> Qualificação inicial <b>Tipologia de Intervenção:</b> Ofertas de educação e formação profissionalizante <b>Tipologia de Operação:</b> Cursos profissionais	De salientar que esta atribuição diz respeito apenas aos estabelecimentos públicos de educação
		Mais e melhor inclusão de pessoas em risco ou em situação de exclusão social	<b>Tipologia de Ação:</b> Qualificação inicial <b>Tipologia de Intervenção:</b> Formação de base qualificante <b>Tipologia de Operação:</b> cursos de educação e formação de jovens	

Anexo II – Alteração à lista de OI face às Deliberações n.º 11/2023/PRM, de 5 de julho, n.º 19/2023/PRM, de 5 de setembro de 2023, n.º 1/2025/PRM, de 20 de janeiro de 2025, n.º 4/2025/PRM, de 7 de maio de 2025, n.º 1/2026/PRM, de 16 de janeiro de 2026 e n.º 3/2026/PRM, de 28 de janeiro de 2026

Programa: Programa Demografia, Qualificações e Inclusão

Organismo Intermédio: Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE), I. P.

Ref.	Função	A atribuir pela AG ao OI	- Cursos Profissionais - Cursos de Educação e Formação de Jovens (quando as entidades beneficiárias sejam estabelecimentos públicos de educação)	Observação
1 (f)	Aplicar, após aprovação pelo respetivo comité de acompanhamento, a metodologia e os critérios utilizados na seleção das operações, que devem observar os seguintes requisitos:	Aplicável	√	
i)	Garantir o contributo das operações para a realização dos objetivos e resultados específicos das prioridades relevantes		√	
ii)	Sejam transparentes e não discriminatórios, nomeadamente assegurando o respeito pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em especial na promoção da igualdade de género entre homens e mulheres e da igualdade de oportunidades e não discriminação, e pelos princípios da igualdade, da equidade e das acessibilidades das pessoas com deficiência nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD)		√	
iii)	Respeitem os princípios gerais previstos no artigo 2.º;		√	
iv)	Garantam a eficiência da utilização dos recursos financeiros públicos, aferindo a razoabilidade financeira das candidaturas à luz, sempre que aplicável, de valores de referência de mercado		√	
1 (g)	Apreciar a elegibilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo programa e verificar se as operações a selecionar correspondem ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa, se contribuem para os objetivos do programa e se têm enquadramento nas elegibilidades específicas do programa, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas,	Aplicável	√	

	demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira			
1 (h)	Verificar a capacidade administrativa, financeira e operacional dos beneficiários antes de a operação ser aprovada, quando aplicável	Aplicável	✓	
1 (i)	Decidir sobre a aprovação das candidaturas a financiamento pelo programa, aprovar as candidaturas que, reunindo condições de elegibilidade, tenham mérito adequado para receber apoio financeiro, e decidir sobre a alteração, anulação ou revogação dos apoios, com fundamento em incumprimento das normas aplicáveis ou decorrente de desistência do beneficiário, ou sobre a redução dos apoios, e sobre a suspensão de pagamentos, bem como formalizar estas decisões, de forma fundamentada e após audição dos beneficiários	Aplicável em situações excecionais [cf. n.º 4 art 19]	✓	Ver justificação da nota anexa.
1 (r)	Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos aquando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o programa e com as condições de apoio da operação, através da realização de verificações de gestão, administrativas e no local baseadas, nomeadamente, no risco	Aplicável	✓	As verificações das operações podem ser realizadas de forma partilhada entre o OI e o PESSOAS 2030, nos moldes a definir no acordo escrito a celebrar.
1 (s)	Garantir verificações de gestão baseadas nos riscos e proporcionais aos riscos identificados ex ante, em linha com o modelo de risco estabelecido no artigo 43.º	Aplicável	✓	
1 (dd)	Verificar que as operações a aprovar estão cobertas pelas disponibilidades financeiras do programa, sem prejuízo do previsto na alínea seguinte;	Aplicável		
1 (kk)	Assegurar os registos necessários para o arquivo eletrónico dos dados de cada operação, para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, certificação, e auditoria, incluindo, se for caso disso, os dados sobre os participantes individuais nas operações	Obrigação OI	✓	
1 (mm)	Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução do programa, necessários para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional	Obrigação OI	✓	
1 (oo)	Assegurar a criação de um sistema de gestão, bem como o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detete irregularidades, permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas e a validação das despesas, assegurando que o órgão de certificação recebe todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista ao seu reembolso pela Comissão Europeia	Obrigação OI	✓	

1 (pp)	Elaborar a descrição do sistema de gestão e controlo do programa em linha com as orientações técnicas emitidas pelo órgão de coordenação técnica	Obrigação OI	✓	Entendemos que esta obrigação dos OI não configura a necessidade de elaboração de um documento próprio e autónomo, à semelhança do que é efetuado pela autoridade de gestão, mas de ter evidências da existência do sistema, nomeadamente através de um Manual de Procedimentos ou à adesão formal à Descrição de Sistemas da Autoridade de Gestão.
-----------	--	--------------	---	---